TESTEMUNHAS:

CPF/MF: _____

CPF/MF: _____

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:A79B3DEE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -
ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL COM SRP Nº 040/2017,
PROVENIENTE DO MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TAIPU (CNPJ 08.114.753/0001-30); **CONTRATADA:** NETJAT PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA (CNPJ 10.250.433/0001-59)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA UTILIZANDO SEU PROVEDOR PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSO A INTERNET, A TODOS OS ÓRGÃOS DESTE MUNICÍPIO DE TAIPU/RN;

VALOR GLOBAL: R\$ 142.260,00 (CENTO E QUARENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA REAIS).

BASE LEGAL: ARTIGO 15 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93, COM SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES; ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2017, PROVENIENTE DO MUNICÍPIO DE EXTREMOZ/RN

VIGÊNCIA: 01.03 a 31.12.2018

AUTORIDADE RESPONSÁVEL: SEBASTIÃO AMBRÓSIO DE MELO – PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIPU/RN; PELA EMPRESA NETJAT PROVEDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA – BRUNO COLT LEITE – SÓCIO DIRETOR

Publicado por:
Jairo Cavalcanti de Castro
Código Identificador:743E2331

GABINETE DO PREFEITO
PARECER NORMATIVO 001/2018

Interessada:	Prefeitura Municipal de Taipu
Assunto:	PERDA DA REGULARIDADE FISCAL DURANTE A EXECUÇÃO DO CONTRATO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. EXECUÇÃO CONTRATUAL. REQUISITO DE HABILITAÇÃO. REGULARIDADE FISCAL. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO NO CURSO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL. DÉBITO COM A FAZENDA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE RETENÇÃO DE PAGAMENTO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

PARECER NORMATIVO 001/2018

Os presentes autos versam consulta formulada pelo setor de finanças do município sobre a possibilidade de **HAVER A RETENÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS PRESTADOS EM RAZÃO DA PERDA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO NO CURSO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, NOTADAMENTE POR IRREGULARIDADE FISCAL PERANTE A FAZENDA PÚBLICA.**

É o relatório. Passa-se a opinar.

A comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal constitui requisito de habilitação prévia nos procedimentos licitatórios e é necessária para que se verifique a idoneidade do pretendente, sua capacidade de cumprir as condições da

futura contratação, a observância dos deveres referentes a tributos e contribuições gerados pela atividade a ser realizada e a probabilidade de inadimplência.

Nesse sentido, o comando previsto no §3º do artigo 195 da Constituição Republicana exige a comprovação da regularidade com a seguridade social de todos aqueles que contratam com o Poder Público, in verbis:

Art. 195.

[...]

§3º A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.

Na mesma vertente, a norma contida no artigo 27, inciso IV, combinado com o artigo 29, inciso III, ambos do Estatuto Geral de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 8.666/93, prescreve:

Art. 27. Para habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

[...]

IV – regularidade fiscal e trabalhista;

Art. 29. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

[...]

III – prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; (Negritei)

Pela pertinência e atualidade da temática versada na espécie, peço-vos para transcrever o magistério especializado de Jessé Torres Pereira Júnior, consubstanciado no seguinte teor:

A regularidade fiscal igualmente soa como indispensável à garantia do cumprimento das obrigações porque, dependendo do montante do débito fiscal acaso pendente, e sujeito a cobrança forçada, estará o devedor economicamente comprometido para satisfazer aos encargos do contrato que celebrará, se vencedor na licitação. Ademais, a Constituição Federal, em seu art. 195, §3º, proíbe a contratação, pelo Poder Público, de empresas em débito com a seguridade social, o que implica vedação indireta a participar de licitação. (Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública, p. 329, Negritei)

Assim, é preciso considerar que o estatuto das licitações não faz menção à retenção de pagamento após ter sido cumprida a prestação devida pelo particular. Isso porque, de modo geral, a principal obrigação da Administração nos contratos é pagar os preços pactuados pelos serviços prestados ou bens fornecidos, enquanto o particular tem o direito de, uma vez cumprida sua obrigação, receber o valor acordado como remuneração pela execução do contrato.

Ademais, não se pode perder de vista que a Administração Pública está submetida ao princípio da legalidade, base do Estado Democrático de Direito e garantia da sociedade, que a obriga a agir conforme determinação legal, por força do caput do artigo 37 da Lei Fundamental da República. Dessa forma, toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei. Não o sendo, a atividade é ilícita.

Com efeito, importante registrar que a comprovação da regularidade fiscal durante a execução do contrato não se encontra prevista entre as condições para o pagamento, consoante se verifica pela leitura do inciso XIV do artigo 40 da Lei nº 8.666/93, vazado nos seguintes termos, in verbis:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...]